

Rogério Schietti Cruz

PRISAO CAUTELAR

Dramas, Princípios e Alternativas

Prefácio

J. P. Sepúlveda Pertence

Posfácio

Luís Roberto Barroso

9^a edição

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

C957p

Cruz, Rogério Schietti
Prisão Cautelar - Dramas, Princípios e Alternativas / Rogério Schietti Cruz – 9.ed. –
São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
400 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-5119-5.

1. Direito Processual Penal. 2. Prisão Cautelar. I. Cruz, Rogério Schietti. II. Título.

CDD 341.43

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	17
1. O Drama da Prisão Cautelar	17
2. Finalidades e Legitimação da Prisão Cautelar no Curso da História	20
3. A Lógica do Sofrimento	23
4. A Necessária Ponderação sobre os Malefícios da Prisão	26
CAPÍTULO II	31
1. A Seletividade do Sistema Punitivo e, em Especial, da Prisão Cautelar	31
CAPÍTULO III	41
1. Breve Escorço Histórico da Prisão Cautelar no Brasil	41
2. O Sistema Cautelar Anterior ao Código de 1941	43
3. O Processo Penal da Era Vargas	45
4. A Progressiva Flexibilização do Código de 1941	46
5. O Tratamento Jurídico Atual	48
6. As Revogadas Prisões Decorrentes da Decisão de Pronúncia e da Sentença Condenatória Recorrível	54

CAPÍTULO IV	65
1. Dos Princípios que Interferem no Tema.....	65
1.1. <i>Favor Rei</i>	65
1.2. Dignidade da Pessoa Humana.....	67
1.3. Presunção de Não Culpabilidade	74
1.4. Proteção Penal Eficiente	90
1.5. Excepcionalidade.....	99
1.6. Legalidade e Jurisdicionalidade	104
1.7. Provisoriedade	108
1.8. Motivação	111
1.9. Proporcionalidade.....	122
1.9.1. Adequação ou Idoneidade.....	125
1.9.2. Necessidade ou Subsidiariedade	127
1.9.3. Proporcionalidade em Sentido Estrito	129
1.10. Duração Razoável da Prisão	137
1.11. Iniciativa de Parte	151
1.12. Bilateralidade de Audiência (Contraditório).....	167
 CAPÍTULO V	 173
1. As Medidas Alternativas como Aplicação da Subsidiariedade Processual Penal	173
2. A Abandonada Bipolaridade Cautelar do Sistema Brasileiro	176
3. O Novo Sistema Cautelar	177
4. A Mudança de Paradigma do Novo Sistema	185
 CAPÍTULO VI	 195
1. Das Novas Medidas Cautelares.....	195
1.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.....	197
1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o	

indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações	198
1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante	199
1.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução	205
1.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	207
1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.....	210
1.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração.....	212
1.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.....	214
1.8.1. Críticas à Nova Configuração da Fiança	216
1.9. Monitoração eletrônica	220
2. Finalidades das Cautelares Alternativas.....	223
3. Prazo de Duração das Cautelares.....	227
CAPÍTULO VII	233
1. Outras Medidas Cautelares Alternativas à Prisão	233
2. Uso de Medidas Alternativas não Previstas na Legislação (Poder Geral de Cautela).....	235
CAPÍTULO VIII	243
1. Da Prisão Preventiva e da Prisão Temporária.....	243
2. Requisitos comuns às prisões cautelares	243

3.	Da Prisão Temporária	247
3.1.	Cabimento	247
3.1.1.	ADI 3360	249
3.2.	Prazo	251
3.3.	Outras Questões da Lei da Prisão Temporária	253
4.	Da Prisão Preventiva.....	256
4.1.	Cabimento	256
4.2.	Motivos, requisitos, fundamentos ou circunstâncias autorizadoras.....	261
4.2.1.	A validade da Prisão Preventiva para Garantia da Ordem Pública.....	264
CAPÍTULO IX		281
1.	Oscilações do STF quanto à execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação	281
1.1.	O Entendimento Original do STF	281
1.2.	Novo <i>Overruling</i>	286
2.	Breve resumo dos votos	288
3.	Análise do HC 126.292/SP.....	295
4.	A incerteza sobre o tema.....	298
5.	A Reviravolta do STF.....	301
CAPÍTULO X.....		305
1.	Audiências de Custódia	305
2.	A Resolução nº 213 de 15/12/2015, Conselho Nacional de Justiça	308
3.	Prazo de Apresentação do Preso.....	309
4.	Finalidades da Audiência de Custódia.....	314
4.1.	Controle de legalidade da prisão	314
4.2.	Exame da necessidade de medida cautelar	319
5.	Rito da Audiência	321

CAPÍTULO XI	329
1. A Reforma	329
2. A valorização principiológica	334
2.1. Princípio acusatório	335
2.1.1. Divisão funcional de competências (juiz de garantias e juiz de instrução e julgamento).....	337
2.1.2. Vedação a iniciativas acusatórias (princípio da inércia da jurisdição).....	339
2.1.3. Reforço na possibilidade de contraditório	341
3. Ênfase na motivação das decisões cautelares.....	343
3.1. Vícios de fundamentação	344
3.1.1. Decisão que se limita à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida	345
3.1.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	346
3.1.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	346
3.1.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	347
3.1.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos	349
3.1.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento...	351
3.2. Perigo da liberdade e contemporaneidade.....	353
4. Periódica reavaliação da medida cautelar.....	357
5. A falta de identidade da nova lei.....	361
5.1. Liberdade vedada.....	361

5.2. Execução imediata da pena no Tribunal do Júri	363
6. Outras alterações nas medidas cautelares pessoais.....	366
6.1. Audiências de custódia.....	366
6.2. Controle da duração do inquérito policial.....	368
6.3. Respeito à imagem e à dignidade do preso.....	369
APÊNDICE - Efeitos da pandemia da Covid-19 na prisão preventiva e nas demais medidas cautelares pessoais	371
POSFÁCIO	377
I. O sistema punitivo no Brasil.....	378
II. Do autoritarismo à construção de um processo penal garantista e eficiente.....	380
III. O autor, o livro e suas circunstâncias.....	382
IV. Conclusão.....	384
Referências Bibliográficas	385